



QUESTÃO AGRÁRIA, PARTICULARIDADE DA QUESTÃO SOCIAL BRASILEIRA: notas gerais para discussão no Serviço Social

LIMA, Maria Alécia Michelle Ferreira de¹

RESUMO: Este trabalho conta com o financiamento da FAPESQ- PB e trás reflexões sobre a questão agrária enquanto particularidade da Questão Social brasileira sob as determinações da sociedade capitalista e estabelece elementos para discussão no Serviço Social. Esses elementos nos dão a compreensão histórica dessa dinâmica no campo, abordamos, portanto, a exploração e expropriação dos camponeses, a ampliação do pauperismo e a intervenção capitalista no campo mediante o agronegócio, essas condições constituem a estrutura do capitalismo e compõe nossa reflexão. A mediação realizada a partir da teoria social crítica indica que se faz necessário termos uma formação acadêmico-profissional pautada na defesa e fomentação dos direitos dos trabalhadores do campo, visto que a questão agrária se qualificou como expressão da Questão Social devido a herança colonial vivida pelos países da América Latina, compondo assim a parte da atuação profissional do Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: questão agrária; questão social; serviço social.

INTRODUÇÃO

O presente artigo consiste em refletir sobre a questão agrária enquanto particularidade da Questão Social brasileira, sob as determinações da sociedade capitalista, estabelecendo elementos para a discussão no Serviço Social. Através do método histórico-crítico dialético nos permitimos trazer alguns elementos para fomentar o debate no Serviço Social de modo que incentive a categoria em uma formação acadêmico-profissional apoiada na defesa dos direitos dos trabalhadores do campo.

O artigo está disposto em duas seções: a princípio, levantamos algumas considerações mediante o contexto favorável para a expansão das diversas expressões da questão social, remontando para a particularidade da questão agrária enquanto ponto demandado por Assistentes Sociais. Visto que essa também é um objeto de análise do Serviço Social, onde os direitos dos trabalhadores do campo incidem diretamente no fazer profissional, pontua-se uma pertinência na construção de uma competência teórico-metodológica dos profissionais.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba (PPGSS/UEPB). E-mail: maria.michelle@aluno.uepb.edu.br.



Na segunda seção, apontamos a reverberação do pauperismo e expropriações no modo de produção capitalista e, como as expressões da questão social é o espelho da agenda do Serviço Social.

Essas reflexões ganham força por meio das discursões de alguns autores, por exemplo, Karl Marx, Marilda Villela Iamamoto, Josiane Santos e José Paulo Netto. Assinalamos algumas notas gerais para a discussão no Serviço Social, por meio das discussões geradas na disciplina de Questão Social e Serviço Social do PPGSS- Programa de Pós-graduação em Serviço Social, na Universidade Estadual da Paraíba que conta com o financiamento da FAPESQ- PB. Por fim, consideramos importante para o Serviço Social, assim como é necessário enriquecermos mais esse debate da questão agrária como uma expressão da Questão Social brasileira.

QUESTÃO AGRÁRIA PARTICULARIDADE DA QUESTÃO SOCIAL BRASILEIRA

A questão agrária é uma expressão da questão social no campo e o Serviço Social tem como matéria-prima de seu trabalho o enfrentamento das expressões da questão social, para Iamamoto (2014, p. 611) “os (as) assistentes sociais têm nas múltiplas expressões da “questão social”, tais como vividas pelos indivíduos sociais, a “matéria” sobre a qual incide o trabalho profissional.”

Essa relação incide diretamente na formação profissional do Serviço Social e no compromisso ético que devemos ter com o direito dos trabalhadores do campo, eles que foram explorados e expropriados desde a formação do modo de produção capitalista brasileiro e ainda continuam sendo.

Nossa conjuntura nos mostra uma realidade favorável na intensificação da questão social, o que favorece também no crescimento gradativo da questão agrária e os condicionamentos próprios do capitalismo, logo isso nos demonstra a demanda que os profissionais de Serviço Social passam a identificar e intervir. É necessário, além de uma competência teórico metodológica, uma percepção da realidade com a finalidade da totalidade, é fundamental fazer que as pautas da questão agrária seja parte do envolvimento e compromisso profissional do Serviço Social alinhando a defesa ética política do Serviço Social com os direitos dos camponeses. (SANT’ANA; MASSON, 2018)

A questão agrária em nosso país está ligada com a inserção do capitalismo no campo, temos, então, como fatores favoráveis para essa problemática nossa formação social de cunho colonizadora e escravista atrelada a formação do modo de produção capitalista. Desde a gênese do capitalismo em seus primeiros movimentos visualizamos sua introdução no campo através da retirada dos meios de subsistência dos trabalhadores do campo e sua posterior expropriação. (MARX, 2013) Assim, ainda segundo Marx (2013, p.



962) ele afirma que “a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo.”

Nessa dinâmica o Brasil herda sua natureza colonial e acaba por refletir em toda sua estrutura e relações, diz Mazzeo (1988, p. 23) “o Brasil independente, organizado como Estado nacional, não alterou como ficou evidenciado, suas formas produtivas herdadas do período colonial.” A problematização da questão agrária levantada, trás consigo raízes do passado colonialista e escravista, ampliando segundo este último autor, a burguesia agrária agroexportadora que predomina até os dias de hoje, portanto a questão agrária brasileira incide suas raízes nessa estrutura, não é algo que seu deu recentemente. Segundo Mazzeo (1988, p.10) temos “um capitalismo de extração colonial e escravista que objetiva o mercado externo, grandes lucros e, fundamentalmente, que utiliza a mais-valia que expropria do escravo para investir na produção açucareira e agrária, em geral.”

O capitalismo recai sobre o campo desde o início, expropriando dos escravos e camponeses e consolidando através da mais-valia adquirida um novo modo de produção, favorecendo o mercado e os burgueses mediante as grandes produções agrícolas, diz Mazzeo (1988, p. 8) que:

[...] o sistema produtivo implantado no Continente americano no qual o Brasil se insere está muito longe de ser uma forma capitalista clássica, na medida em que estão presentes o trabalho escravo e uma produção baseada na agricultura monocultora e no latifúndio exportador.

Essas situações agravam o “trato” da questão agrária atualmente, sendo ela uma expressão da Questão Social no campo, podemos verificar em relação a seu surgimento e em consonância com Mazzeo, Costa e Viana (2018. p. 5), dizem que:

No Brasil a questão agrária tem sua gênese no processo de colonização do território, quando colonizadores portugueses passaram a ter o domínio das terras à medida que criaram grandes unidades produtivas voltadas para a exportação, com intensa exploração de mão de obra, principalmente a indígena e a escrava. Ao longo de muitos anos, a temática da questão agrária apareceu em diferentes contextos e com características próprias de cada momento histórico.

À vista disso, uma das características da questão agrária se dá por meio da posse de uma grande quantidade de terras nas mãos de poucos, os mais privilegiados, prevalecendo até hoje. Além disso, a questão agrária no Brasil tem suas próprias peculiaridades, ela percorreu um caminho hostil, foi uma caminhada marcada pela ação e regulamentação do Estado, violência exercida aos trabalhadores do campo, uma real luta de classes no âmbito rural marcada pelo jogo de interesses e, enquanto o projeto dos camponeses sempre foi a luta e defesa por acesso a terra. (COSTA; VIANA, 2018)



Diante disso, a violência é uma característica que assola a questão agrária brasileira, onde os trabalhadores do campo sempre tiveram essa condição considerada como marca registrada, assim como expressa Sant’ana; Masson (2018, p. 208) que “as expulsões, mortes, a exploração, o desenraizamento das populações tradicionais e camponesas foram a marcas desse processo.”

A intensidade desse cenário é colaborada com a figura do Estado que sempre teve sua imagem atrelada aos interesses do capital, assim “o Estado responde com a moralização e a militarização da vida social fazendo acentuar os níveis de violência; o individualismo e a competitividades e espraiam por todos os interstícios da vida.” (SANT’ANA, 2018, p. 7) Assim, a agricultura brasileira com o apoio do Estado, estabelece uma posição propícia ao cumprimento de um projeto totalmente divergente daquele defendido e reivindicado pelos camponeses.

O projeto que atinge o campo brasileiro é nutrido pelo capitalismo, onde a condição mercadológica é o indicador determinante dessa relação, mas a ingerência política reflete em uma manifestação de interesses muito forte, esses fatores se consomem nos camponeses através de uma condição de desigualdade e pobreza extrema no campo. (SANTOS, 2018)

Há também, fortes influências do capital internacional mobilizando o cultivo de produtos para a exportação em larga escala por meio do agronegócio, ou a agroexportação, como também é conhecido, facilitando, segundo Santos (2018, p. 3):

[...] a compra de terras por parte dos grandes conglomerados financeiros mundiais, sem controle público, em vista a produção de produtos agropecuários para exportação, a disputa pela água, por recursos minerais e pela biodiversidade.

Assim, a economia brasileira através da movimentação do capital internacional sempre objetivou a produção e comercialização de produtos para a exportação, “essa necessidade estrutural de manter a economia nacional subordinada aos interesses internacionais constituía-se no próprio cerne da economia agroexportadora”. (MAZZEO, 1988, p. 30) O papel da economia estrangeira se deu inicialmente demarcando as exportações frente a política cafeeira nacional, logo essa tendência agroexportadora tomou impulso com chegada do capitalismo financeiro. Nesse sentido, evidencia-se, portanto, um vínculo da economia dependente com a agroexportação desde a manufaturação do café. (MAZZEO, 1988)

É nessa dinâmica da influência do capital estrangeiro na economia nacional, que temos um ambiente favorável de alimentarmos a economia da Europa e fornecermos elementos propícios para a acumulação de capital, estruturando o modo de produção capitalista, além também, se sermos, naquela época (e hoje), um ambiente fecundo para o



desenvolvimento de uma economia dependente, cujo papel dentro da divisão internacional do trabalho é promover a transferência de valor da periferia para o centro (IANNI, 1978)

Nesse contexto adverso, “a conjuntura atual no agronegócio no Brasil tem contribuído para que a questão agrária ganhe novos contornos e, sobretudo, continue sem solução.” (OLIVEIRA, 2015, p. 32) Portanto, é nesse contexto de agudização do agronegócio que não há evasão para que se tenha uma modificação da questão agrária, ela intensifica-se ao mesmo passo em que se tem o incentivo do Estado para essa conduta.

Demos materialidade a alguns elementos que compõe o panorama da agricultura brasileira, são elementos que integram as particularidades da questão social, da mesma maneira que são herdados da nossa condição de economia periférica e excludente. Essa condição faz com que alguns elementos permaneçam inalterados e agudizam ainda mais outros fatores desse cenário. São exemplos:

[...] avanço da produção agrícola capitalista, a expropriação do camponês, as grilagens em terras públicas, a apropriação privada das terras, conflitos agrários entre latifúndio e segmentos de trabalhadores camponeses, produção agrícola regada por insumos técnico-científicos de verniz erosivo (agrotóxicos, sementes transgênicas); a emergência de políticas públicas de natureza compensatória, a criminalização dos movimentos sociais do campo e a produção voltada ao mercado [...] (SANTOS, 2018, p. 6).

Com essas conversões realizadas observa-se que o cerne principal dessa renovação da agricultura foi o eixo econômico, mas verifica-se que diversas pautas foram atingidas. Fomos atingidos por interesses da grande burguesia agrária brasileira, provocando uma desigualdade ainda maior nos camponeses e a exclusão dos mesmos nas tomadas de decisões.

QUESTÃO SOCIAL: CERNE DO SERVIÇO SOCIAL

O trabalho do Assistente Social recai sobre a Questão Social como dito por Iannotti (2014), e através de Santos (2008), podemos observar que esse conceito não é algo recente, ele vem sendo debatido por volta do século XIX, logo, todas as manifestações ligadas às ofensivas capitalistas que provoquem pauperismo, estão associadas à Questão Social.

De acordo com Netto (2001, p. 41), “na agenda contemporânea do Serviço Social brasileiro, a “questão social” é ponto saliente, incontornável e praticamente consensual”, sendo esse o ponto principal do Serviço Social brasileiro. É nesse contexto, que as particularidades das expressões da Questão Social se tornam tão importantes para nosso estudo e atuação profissional.

Essas expressões estão circunscritas em nossa sociedade e acabam sendo inseparáveis — já que essa é uma condição própria do modo de produção capitalista — e



afetam as classes mais desprotegidas e subalternas, elas, por sua vez, são as classes de maior interesse do Serviço Social, como afirma Iamamoto (2014, p. 611), “é essa presença de forças sociais e políticas reais — e não mera ilusão — que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais”.

Conforme Sant’ana; Masson (2018) o capitalismo adota uma postura de exploração e opressão e como resultado o pauperismo aponta na sociedade como um elemento hostil as classes menos favorecidas, a conexão desse movimento deriva “no que convencionamos chamar de questão social, historicamente concebida e entendida como objeto de intervenção do Assistente Social em seus espaços sócio-ocupacionais.” (SANT’ANA; MASSON, 2018, p. 207).

O pauperismo é inerente à Questão Social e seu surgimento é determinado por meio da expropriação de terras dos camponeses no período de sua acumulação primitiva. Sendo assim, a terra sempre foi uma alavanca para acumulação de capital, instigando e refletindo nos descompassos da questão agrária brasileira. Para Netto (2001, p. 43), há uma vinculação tão intensa entre pauperismo e Questão Social que “foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social”.

A expropriação dos camponeses é algo histórico e aconteceu mediante uma vasta concentração das propriedades comunais nas mãos dos burgueses. As terras passam a ser exploradas e são retirados os meios de subsistência dos camponeses. Os centros urbanos, dessa forma, sofrem um inchaço pela procura de emprego, já que a terra agora passa a ser propriedade dos detentores de poder e transforma-se em mercadoria. (MARX, 2013) Portanto, esse ambiente pauperizou ainda mais a população e são nessas circunstâncias que são dadas as condições do pauperismo e barbárie que regem a Questão Social.

Ainda, para Marx (2013, p. 980):

Por outro lado, os que foram repentinamente arrancados de seu modo de vida costumeiro tampouco conseguiam se ajustar à disciplina da nova situação. Converteram-se massivamente em mendigos, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias.

Amarrada a expropriação tem-se também a gestação do modo de produção capitalista que expandiu suas ofensivas através da passagem do feudalismo, ampliação da concentração da propriedade privada e a transição do trabalho escravo para o livre, sendo assim, o capitalismo utilizou todos os aparatos existentes a favor de sua acumulação e consolidação. (MARX, 2013) Nesse contexto, temos os limiares gerais da Questão Social, diversos componentes atravessam a apreciação desse conceito que é o cerne do Serviço



Social, para Sant’ana (2018, p. 2) “a questão social no Brasil tem uma conformação que inclui elementos históricos, culturais, econômicos e políticos com particularidades muito diversas”.

Há, portanto, uma relação inata entre o modo de produção capitalista e a Questão Social, Netto (2001, p. 45) estabelece que:

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” — diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. À “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo.

É interessante notarmos que ao nos referirmos ao conceito de Questão Social estamos contemplando as diversas expressões que ele acarreta, a autora Santos (2008, p. 27), afirma que “isto significa dizer que o que tem existência real *não é a “questão social” e sim suas expressões*, determinadas pela desigualdade fundamental do modo de produção capitalista.” Portanto, as expressões da questão social é um terreno de tensão e lutas, onde o Assistente Social intervém e por isso o processo de formação profissional deve está em constante aprimoramento de acordo com o projeto ético político de nossa categoria, Netto (2001, p.41) diz “assim, a atualidade da “questão social” se põe tanto para os assistentes sociais de campo quanto para aqueles que se ocupam, especialmente na academia, com a formação das novas gerações profissionais e com a investigação da realidade social.”

Desse modo, a Questão Social sendo a matéria prima do Serviço Social e tendo como particularidade a questão agrária, Santos chama atenção para a necessidade dos Assistentes Sociais fazerem uma leitura mais apurada da realidade no campo e dos problemas que tangem os camponeses. (SANTOS, 2018) Visto que, incluído no modo de produção capitalista não há uma superação, “o que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações “tradicionais” da “questão social”, a emergência de novas expressões da “questão social” que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital.” (NETTO, 2001, p. 48)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões entre a questão agrária enquanto particularidade da Questão Social e pauta da agenda do Serviço Social, percebemos que há uma ampliação das ofensivas capitalistas no meio dos trabalhadores do campo, amplia-se o pauperismo e a retirada de meios de subsistência dos campones, há também a expansão da concentração de propriedade privada, e outros. Todos esses elementos são desfavoráveis a condução do trabalho no campo, ausentando também um efetivo exercício dos direitos que são próprios dos agricultores familiares.



Portanto, alinhado ao projeto ético político, a formação contínua e o fazer profissional do Serviço Social, devem estar assentados a defesa dos direitos dos agricultores familiares, atentos às influências do capitalismo no campo, como por exemplo, o agronegócio, que juntamente com o apoio do Estado vem intensificando a intervenção do comércio internacional e a questão agrária no país.

Nesse sentido, abordar Questão Social é algo inerente da categoria do Serviço Social e, é provocado através das ofensivas do capitalismo que historicamente acarretou exploração e expropriação mediante a violência intensa que não deixa de ser refletida nos dias de hoje. A Questão Social, à vista disso, é um conceito onde os profissionais devem ter propriedade para lidar com a sua materialidade, que são as expressões da questão social, e consequentemente a resultante dessa problemática no campo será a questão agrária como elemento particular da nossa economia nacional.

Diante dessas colocações e da conjuntura adversa que estamos, observamos que o enfrentamento dessas condições nos é posto e requisitado todos os dias, a luta dos trabalhadores do campo também é nossa. Faz-se necessário uma ampliação na defesa nos direitos dos trabalhadores, bem como na mediação do fortalecimento da propriedade teórico-metodológica da categoria do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

COSTA, Conceição de Maria Sousa Batista; VIANA Masilene Rocha. A QUESTÃO AGRÁRIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL : algumas notas. In: **II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas**. 2018. Piauí. Disponível em: <<https://sinespp.ufpi.br/2018/upload/anais/NDk1.pdf?011453>> Acesso em 07/03/2022.

IANNI, O. **Escravidão e racismo**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

Iamamoto, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade** [online]. 2014, n. 120 [Acessado 08 mar 2022] , pp. 608-639. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.001>>. Epub 03 Dez 2014. ISSN 2317-6318. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.001>.

MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva (capítulo 24). In: **O Capital**. Crítica da Economia Política- Livro 1. O processo de produção do capital. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Burguesia e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.

NETTO, J. P. Cinco notas sobre a questão social. In: **Revista Temporalis**. Ano 2, n.3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

OLIVEIRA, Celso Lucas Fernandes. A construção histórica do agronegócio e a questão agrária. In: **Revista de Direito Agrário e Agroambiental**. Minas Gerais. v. 1 . n. 2 . p. 20 – 35. Jul/Dez. 2015.



SANT'ANA, Raquel Santos; MASSON, Gabriela Abrahão. Serviço Social e questão agrária: um debate necessário ao fortalecimento da direção crítica do projeto ético-político profissional. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 21, n.1, p. 195-216, Jul/Dez. 2018.

SANTA'ANA, Raquel Santos. Questão social e a particularidade do rural: um diálogo a partir da formação profissional em serviço social. v. 16 n. 1 (2018): **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**.

SANTOS, J. S. *Particularidades da "questão social" no capitalismo brasileiro* Tese (Doutorado) - Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, José Filho Araújo. **A relação da questão agrária com a questão social brasileira**: um solo de expressões para o Serviço Social. 2018. Disponível em: <http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-45578-15062018-192850.pdf> Acesso em: 04 mar. de 2022.